

INTERSECÇÕES DA TRANSGRESSÃO: O PENSAMENTO FEMINISTA DE BELL HOOKS

INTERSECTIONS OF TRANSGRESSION: THE FEMINIST THOUGHT OF BELL HOOKS

Jan Clefferson Costa de Freitas¹
<https://orcid.org/0000-0002-9808-0023>
Nathália Cristina Medeiros Maia²
<https://orcid.org/0009-0002-9741-173X>

RESUMO

Neste artigo investigaremos o pensamento feminista de bell hooks com o propósito de evidenciar algumas das suas principais contribuições à filosofia decolonial. Através de uma metodologia analítico-descritiva que coaduna revisão bibliográfica, leitura aproximada e escrita criativa, nós examinaremos e delinearemos a perspectiva de hooks em relação ao conceito de interseccionalidade: uma noção fundamental tanto para compreender a complexidade das opressões enfrentadas pelas mulheres negras quanto para reconhecer uma correlação de forças entre raça, classe e gênero. Entrementes, detalharemos como hooks enfatiza a necessidade de uma articulação internacional entre as feministas para que possam desafiar as hierarquias dominantes e impulsionar as revoluções na sociedade. Uma característica distintiva de sua concepção societal, que nós pretendemos apreciar, está relacionada à valorização da comunicação como ferramenta indispensável à construção da solidariedade entre as ativistas não-brancas, a fim de combater as violências das que sobreviveram e transgredir as normas estabelecidas pelo sistema capitalista, racista e patriarcal. Em poucas palavras, idealizamos obter como resultado desta aventura conceitual um entendimento mais amplo da negritude feminista para o fortalecimento de um ativismo decolonial, antirracista e antissexista, que contribua efetivamente com a luta por justiça social e igualdade de direitos.

Palavras-chave: Feminismo Negro; Filosofia Decolonial; Interseccionalidade; Resistência; Transgressão.

¹ Bacharel, mestre e doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pós-Doutorado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Licenciado em Filosofia pela Faculdade Única. Pós-Graduado em Neurociências pela Faculdade Única. E-mail: jancleffersonphil@gmail.com

² Licenciada em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Psicanalista em formação pelo Instituto Brasileiro de Psicanálise Clínica. E-mail: visionathalia@gmail.com

ABSTRACT

In this article we will investigate the feminist thought of bell hooks in order to highlight some of her main contributions to decolonial philosophy. Using an analytical-descriptive methodology that combines bibliographical review, close reading and creative writing, we will examine and outline hooks' perspective on the concept of intersectionality: a fundamental notion both for understanding the complexity of the oppressions faced by black women and for recognizing a correlation of forces between race, class and gender. In the meantime, we will detail how hooks emphasizes the need for an international articulation between feminists so that they can challenge dominant hierarchies and drive revolutions in society. A distinctive feature of her societal conception, which we intend to appreciate, is related to the valorization of communication as an indispensable tool for building solidarity among non-white activists in order to combat the violence that has survived and to transgress the norms established by the capitalist, racist and patriarchal system. In a nutshell, we aim to achieve as a result of this conceptual adventure a broader understanding of feminist blackness in order to strengthen a decolonial, anti-racist and anti-sexist activism that effectively contributes to the struggle for social justice and equal rights.

Keywords: Black Feminism; Decolonial Philosophy; Intersectionality; Resistance; Transgression.

INTRODUÇÃO: A ATUALIDADE DAS IDEIAS DE BELL HOOKS

No cenário das lutas contemporâneas por justiça social e igualdade de direitos, uma bandeira lilás e preta se agita nos ares tempestuosos da revolução com uma veemência particular: a flâmula do feminismo negro. Ao emergir como uma resposta às formas de opressão que atravessam as vidas das mulheres negras, esta vertente do movimento feminista não apenas questiona os sistemas de poder patriarcais, mas também confronta as estruturas racistas que dominam a sociedade contemporânea. Em outras palavras: “Usar o termo ‘feminismo negro’ desestabiliza o racismo inerente ao apresentar o feminismo como uma ideologia e um movimento político somente para brancos” (Collins, 2016, p. 51). A reflexão sobre as interseções entre feminismo, decolonialidade e filosofia que serão apresentadas neste artigo pretendem oferecer uma crítica à persistência de posturas coloniais, sexistas e eugenistas na atualidade, assim como nos movimentos de resistência que deveriam constituir justamente uma ação direta contra o racismo, a misoginia e todas as formas predominantes de violência contra a mulher no Brasil e no mundo. Expresso de outro modo:

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça, instituídas no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras (Carneiro, 2002, p. 1).

Uma característica fundamental do feminismo negro, como podemos identificar na passagem acima, vem a ser a sua abordagem interseccional, que reconhece e incorpora as complexidades partilhadas entre raça, gênero, classe, sexualidade e outras formas de identidade frente ao problema da opressão que reverbera desde os tempos da escravidão africana nas Américas: “Pensar a interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que, sendo estas estruturantes, é preciso romper com a estrutura” (Ribeiro, 2016, p. 101). Enquanto as feministas brancas muitas vezes negligenciam ou marginalizam as experiências das mulheres negras, como se houvesse igualdade cultural e econômica entre ambas, estas últimas destacam as maneiras particulares e diversas pelas quais a injustiça social se manifesta contra as ativistas racializadas, seja no lar, nas ruas, na academia ou mesmo nos movimentos de resistência. Assim, a negritude feminista não apenas desafia as estruturas de poder patriarcais, mas também confronta o racismo sistêmico e as formas de violência enfrentadas pelas mulheres não-brancas nas mais variadas esferas da vida.

Para compreender a natureza e o alcance do feminismo negro torna-se indispensável contextualizá-lo em um horizonte exterior ao mito da fragilidade feminina. Muito embora o ativismo que está no *mainstream* tenha sido historicamente dominado por vozes brancas e ocidentais, as mulheres negras, desde o *underground*, elaboram uma crítica poderosa à universalização da experiência de ser mulher: “Nesse sentido, o feminismo negro possui sua diferença específica em face do ocidental: a solidariedade, fundada em uma experiência histórica comum” (González, 2020, p. 93). Originando-se conceitualmente nos Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX, em meio aos movimentos pelos direitos civis e pela abolição da escravidão, a negritude feminista ganhou força e visibilidade ao longo das décadas seguintes, em especial com a insurgência do Movimento *Black Power*, nas décadas de 1960 e 1970. Por esse ângulo de visão, as ativistas da movida negra na América-Latina levantam a questão:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar!

Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados (Carneiro, 2002, p. 2).

Com base nas reflexões superpostas acerca da diversidade que contorna a experiência de ser mulher, uma crítica pertinente sobre a lacuna no discurso feminista tradicional que muitas vezes não reconhece a intersecção entre raça, gênero e classe, no presente artigo realizaremos uma análise e descrição do feminismo negro a partir das ideias de bell hooks [1952-2021], ao enfatizar as suas principais contribuições para o movimento de emancipação das mulheres e para a academia, em especial no que concerne à formação de um pensamento decolonial. Nesse sentido, buscaremos proporcionar o entendimento de que: “a constituição de um sujeito do pensamento, do conhecimento, da ação, tal como bell hooks propõe, é antes de tudo a constituição de um lugar de afirmação: lugar em que ser mulher negra é nada mais nada menos que ser sujeito do seu próprio pensamento” (Johanson, 2022, p. 3). Em linhas gerais, neste trabalho nós procuramos apresentar, através de uma metodologia que envolve revisão bibliográfica, leitura aproximada e escrita criativa, uma visão abrangente e aprofundada das pautas reivindicadas pela negritude feminista, ao ressaltar a sua importância enquanto força vital na luta por justiça social, igualdade de direitos e liberdade de espírito. Esperamos, como resultado desta aventura conceitual, contribuir para um entendimento mais amplo das relações de opressão e violência contra as nossas mães, irmãs, tias, primas, sobrinhas e companheiras que, apesar de alguns avanços na esfera dos direitos humanos, permanecem naturalizadas desde o período colonial no imaginário coletivo. Nesse sentido, pretendemos também colocar em perspectiva a necessidade de descolonizar os espaços organizados da resistência, pela construção de uma sociedade tanto mais justa quanto igualitária, assim como em nome da obliteração do racismo, do sexismo, da exploração e da dominação, quer estas últimas sejam da branquitude sobre a negritude ou do homem sobre a mulher.

O texto escolhido como foco deste artigo é *Ensinando a Transgredir* de bell hooks, sob a justificativa de que trata-se de uma obra fundamental para se compreender a importância do feminismo negro, principalmente no que concerne às suas concepções plurais, como no que diz respeito ao entendimento das intersecções de raça, gênero e classe. Contudo, para contribuir com a desenvoltura metodológica deste estudo, foram selecionadas autoras contemporâneas do movimento afro-feminista, tais como Audre Lorde [1934-1992], Lélia González [1935-1994], Angela Davis, Kimberlé Crenshaw e Sueli Carneiro. Tanto elas, quanto as demais que forem citadas ao longo do texto, assim serão não apenas porque estiveram presentes nas lutas e debates relacionados às éticas da resistência e às políticas da liberdade, ou seja, às pautas do antirracismo, da emancipação feminina e às reivindicações dos direitos das mulheres negras, mas também por colaborarem com a construção de um pensamento decolonial, de uma crítica feminista à montagem do sistema capitalista-patriarcal que se alinha ao ideário de hooks.

AS INTERSECCIONALIDADES DO FEMINISMO NEGRO

Em *Ensinando a Transgredir*, obra de bell hooks originalmente publicada no ano de 1994, encontramos uma poderosa convocação para a inclusão da perspectiva de identidade na luta pela emancipação negra. Em seu profundo compromisso com a justiça social e a igualdade de direitos, a ativista articula uma visão interseccional que correlaciona as opressões de raça, gênero e classe, ao mesmo tempo em que ressalta a importância de reconhecer o feminismo como componente central de uma revolução social. Para melhor compreender a interseccionalidade na discussão da negritude feminista: “Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (Crenshaw, 2002, p. 177). Ao afirmar seu desejo de reformular a política teórica do movimento negro, hooks propõe uma abordagem mais abrangente e inclusiva das problemáticas que envolvem as experiências específicas das mulheres negras, sendo as vivências de cada uma delas diametralmente diferenciadas daquelas experimentadas pelos homens negros. Ela argumenta que a luta contra o sexismo e pela paridade de gênero não deve ser separada da pauta antirracista, mas sim integrada, sendo parte essencial de um programa revolucionário mais amplo:

Como professora, teórica e ativista feminista, sou profundamente comprometida com a luta pela emancipação negra e quero desempenhar papel de destaque na reformulação da política teórica deste movimento para que a questão do gênero seja levada em conta e a luta feminista pelo fim do sexismo seja considerada um elemento necessário do nosso programa revolucionário (hooks, 2013, p. 152).

Através da afirmação acima, hooks desafia as estruturas patriarcais dentro do movimento negro, ao induzir os seus companheiros ativistas a reconhecer e confrontar as hierarquias de poder que permeiam não apenas a sociedade em geral, mas também os seus próprios espaços de resistência. Esta mensagem ressoa não apenas como um apelo à solidariedade entre as lutas, mas também como um convite à reflexão sobre as maneiras pelas quais o sexismo e a misoginia podem se manifestar dentro de contextos que supostamente buscam a liberdade e a justiça para todos: “O que ela argumenta é que não basta ser negro ou negra, é preciso certa dose de progressismo e de pensamento descolonizado, sendo necessário cultivar o “autoamor” e amar a negritude como resistência política” (Veiga, 2020, p. 14). Além disso, a intervenção de hooks transcende o âmbito do ativismo organizado para dialogar com os domínios da teoria feminista e da filosofia social. Ao insistir na importância de integrar a perspectiva de gênero na política teórica, ela nos lembra da necessidade de uma análise interseccional que, em termos práticos, reconheça as múltiplas dimensões da opressão e da liberdade. Sua voz reverbera na contemporaneidade como um lembrete urgente de que a emancipação verdadeira só pode ser alcançada

através de uma abordagem inclusiva que considere e valorize tanto a complexidade quanto a singularidade das mais diversas experiências humanas.

No pensamento de bell hooks identificamos uma análise penetrante sobre a interseccionalidade entre raça, gênero e classe, particularmente dentro do contexto da negritude. Ao expressar sua afinidade e identificação tanto com a resistência feminista quanto com a luta pela libertação negra, hooks destaca a necessidade premente de abordar questões complexas relacionadas à diversidade dentro das comunidades racializadas. Disso resulta que a experiência da violência identitária e racial nunca pode ser a mesma para todas as mulheres: “Com frequência, racismo e sexismo convergem – e a condição das mulheres brancas trabalhadoras não raro é associada à situação opressiva das mulheres de minorias étnicas” (Davis, 2016, p. 102). O reconhecimento da intersecção supramencionada vem a ser central no ideário de bell hooks e de outras feministas negras, tais como Audre Lorde, Lélia González, Angela Davis, Kimberlé Crenshaw e Sueli Carneiro, de modo que elas ressaltam a importância de fornecer respostas significativas para perguntas problemáticas que emergem desse cruzamento de identidades e opressões. A reflexão proposta pela pensadora transgressiva implica não apenas analisar com profundidade as maneiras pelas quais o racismo e o sexismo se entrelaçam, mas também repercute na busca por soluções que desfaçam as injustiças enfrentadas pelas ativistas negras de maneira totalizante e eficaz:

O comprometimento com a luta feminista e com a luta pela libertação negra significa que tenho que ser capaz de confrontar as questões de raça e gênero dentro de um contexto negro, proporcionando respostas significativas para perguntas problemáticas e meios acessíveis e apropriados para comunicar essas respostas (hooks, 2013, p. 152).

A perspectiva de hooks desafia tanto o feminismo quanto o movimento negro a confrontar suas próprias hierarquias internas e a reconhecer a diversidade de experiências dentro de suas comunidades. Ao lançar este desafio autocrítico às ativistas brancas e aos homens racializados, ela nos lembra que a luta pela justiça social não pode ser eficiente sem que seja também inclusiva, assim como se não leva em conta as intersecções de identidade e opressão que perpassam as nossas vidas. Desde a perspectiva da negritude feminista: “É preciso sair, portanto, das lógicas do discurso da dominação, afastar-se das formas que já foram pensadas. Para o feminismo negro, a geração de pensamento passava por um exercício de desconstrução e reconstrução” (Velasco, 2019, p. 95). Além de desconstruir uma visão universal da experiência feminina, hooks enfatiza a necessidade de comunicar as respostas referentes aos problemas no debate sobre gênero, raça e classe de maneira apropriada, ao reconhecer que a teoria e a prática devem ser efetivadas no contexto dos grupos afetados pelas violências que estão em discussão. Por consequência, tornam-se necessárias não apenas uma linguagem e metodologia acessíveis que favoreçam o programa revolucionário, mas igualmente um compromisso dos movimentos negros e feministas com a criação de espaços insurgentes para o fomento do engajamento

político, isto é, lugares de resistência nos quais as vozes das ativistas negras sejam ouvidas e respeitadas.

No ideário de bell hooks nos deparamos com uma abordagem perspicaz sobre a indispensabilidade de reconhecer o conflito como um catalisador para o crescimento e a transformação, especialmente dentro do contexto dos estudos feministas e decoloniais. Em vez de temer o enfrentamento e as diferenças, ela nos desafia a abraçá-los como oportunidades para expandir nossos horizontes intelectuais e culturais: “A autora entende a descolonização como um processo político e uma luta de definição interna, que atua mesmo sobre lembranças do passado” (Veiga, 2020, p. 14). Ao destacar a contribuição dos estudantes negros para os estudos feministas, por exemplo, hooks nos lembra da necessidade de reimaginar nossas abordagens à aprendizagem e ao diálogo intersubjetivo. A sua compreensão do feminismo e da negritude sincroniza perfeitamente com os princípios da pedagogia transgressora, que enfatiza não somente a relevância e necessidade da interação aberta, mas também do confronto com perspectivas diversas para o desenvolvimento de uma consciência mais ampla e crítica:

Para nos confrontarmos mutuamente de um lado e do outro das nossas diferenças, temos de mudar de ideia acerca de como aprendemos; em vez de ter medo do conflito, temos de encontrar meios de usá-lo como catalizador para uma nova maneira de pensar, para o crescimento. Os alunos negros frequentemente introduzem nos estudos feministas essa noção positiva de desafio, de investigação rigorosa (hooks, 2013, p. 154).

hooks ressalta a importância de valorizar o conhecimento e a experiência das comunidades marginalizadas, que muitas vezes trazem uma perspectiva única para os debates acadêmicos e políticos. Nesse sentido, a autora destaca especificamente a contribuição dos estudantes negros para os estudos feministas, ao acenar para sua capacidade de introduzir uma noção positiva de desafio e investigação rigorosa no movimento: “Por razões como essa, hooks defende a importância de oferecer visões mais libertadoras da masculinidade, no intento de construir identidades que não sejam fundamentadas em estruturas opressivas” (Franco, 2020, p. 5). Além disso, a citação de hooks enfatiza a imprescindibilidade de uma abordagem interseccional para os estudos feministas que leve em consideração as múltiplas dimensões da identidade e da violência. Ao chamar a nossa atenção para as contribuições dos pesquisadores racializados, a pensadora nos rememora da importância de confrontar as formas específicas de opressão enfrentadas por mulheres negras e demais pessoas a sobreviver na margem, bem como nos recorda de incorporar visões de mundo antagonistas da hegemonia nas análises e práticas do feminismo negro.

Na leitura crítica feita por bell hooks sobre as dinâmicas de representação dentro dos estudos decoloniais e do feminismo, emerge uma profunda reflexão acerca das formas pelas quais as experiências de diferentes grupos são muitas vezes generalizadas, a ponto de ignorarem as complexidades das interseções entre raça, gênero, classe e demais formas

de identidade. Em alinhamento com estas ideias: “Mulheres negras vêm historicamente pensando a categoria mulher de forma não universal e crítica, apontando sempre para a necessidade de se perceber outras possibilidades de ser mulher” (Ribeiro, 2016, p. 100). A observação de hooks revela um viés significativo dentro das práticas acadêmicas, terreno no qual as experiências das mulheres negras são frequentemente negligenciadas ou subordinadas à narrativa dominante, centrada nas feministas brancas ou nos homens negros. Essa problemática reflete não apenas a hierarquia de gênero enraizada na sociedade, mas também a supremacia branca dentro dos movimentos de resistência e dos meios universitários, onde as vozes e perspectivas das ativistas racializadas são sistematicamente marginalizadas ou minimizadas:

Os acadêmicos geralmente falavam da experiência negra quando na verdade estavam se referindo somente à experiência dos homens negros. Significativamente, descobri que, quando se falava das “mulheres”, a experiência das brancas era universalizada como representação da experiência de todo o sexo feminino; e que, quando se mencionava os “negros”, o ponto de referência eram os negros masculinos (hooks, 2013, p. 163).

Ao destacar a tendência dos acadêmicos de falar da realidade negra como se fosse exclusivamente dos homens negros, hooks nos convida a questionar os padrões de representação e a inclusão das vozes das mulheres negras no debate sobre racialidade e igualdade de direitos. Ao criticar a universalização da experiência das mulheres brancas como representativa de todo o sexo feminino, a pensadora também aponta para o privilégio branco dentro dos estudos feministas e da academia em geral. No seu posicionamento está presente uma ação descolonizadora em relação ao feminismo ocidental, o qual “passou a ser acusado por seu universalismo, etnocentrismo, anglo-eurocentrismo, branqueamento e pela negligência de questões coloniais e raciais que atravessam etnias, nacionalidade e geografias” (Ballestrin, 2017, p. 1040). A crítica de hooks denuncia uma tendência majoritária de centralizar a branquitude como o padrão normativo, um status de opressão que ignora as experiências autênticas e as formas particulares de violência enfrentadas pelas mulheres racializadas nos mais diversos lugares do mundo. O problema do privilégio branco e masculino tem repercussões imensas não apenas sobre o próprio feminismo, mas também na filosofia política, social e decolonial em sentido amplo. Desta feita, hooks evidencia a importância de enfrentar os modelos representativos e de ouvir as vozes das ativistas negras no movimento feminista para assim consolidar uma abordagem interseccional do binômio raça-gênero que leve em consideração as variadas dimensões da identidade e das opressões.

Ao evidenciar o isolamento e os ataques direcionados às companheiras racializadas pelas feministas brancas, hooks nos convida a examinar as tensões subjacentes entre as últimas e as primeiras, bem como a reconhecer as formas pelas quais a ideologia racista e a supremacia branca continuam a atuar nos espaços destinados às políticas da liberdade e

às éticas da resistência: “Então, para pensarmos as insurgências políticas do pensamento feminista é preciso refletir as dinâmicas colonizadoras de dominação e objetivação de grupos sociais e raciais considerados” (Pereira, 2023, p. 2). Na análise de bell hooks sobre as relações de poder dentro do movimento feminista, ergue-se uma crítica pertinente à marginalização e aos conflitos enfrentados por ativistas, acadêmicas e escritoras negras que tentam trazer perspectivas racialmente conscientes para os estudos do feminismo. A observação da pensadora revela a persistência de atitudes excludentes nos coletivos, onde as ideias e vivências das mulheres negras são regularmente subvalorizadas em favor de uma narrativa dominante, centrada nas experiências das mulheres brancas:

Ativistas, acadêmicas e escritoras negras encontravam-se repetidamente isoladas dentro do movimento feminista e frequentemente eram alvo de ataques de mulheres brancas desorientadas que se sentiam ameaçadas por todas as tentativas de desconstruir a categoria “mulher” ou introduzir um discurso racial dentro dos estudos feministas (hooks, 2013, p. 164).

Ao apontar os ataques direcionados às mulheres negras que tentam desconstruir a categoria singular da mulher e introduzir um discurso racial no cerne dos estudos feministas, hooks destaca o negacionismo das ativistas brancas em reconhecer e confrontar sua própria cumplicidade na reprodução de práticas excludentes e racistas no âmago desses lugares. Nesse contexto de contrassensos ideológicos e violências identitárias: “O lugar de fala das mulheres negras, não é de vítimas, mas, de sobreviventes, um pensamento pautado em ideias e ações que marcaram um ponto de vista autodefinido e posturas de reexistências” (Almeida, 2023, p. 11). A tentativa de silenciamento da negritude feminista reflete não apenas o racismo estrutural dentro da sociedade em geral, mas também a reprodução das hierarquias e da opressão em contextos aparentemente progressistas. Pelas razões acima descritas, bell hooks acena para a emergência de uma abordagem mais consciente e inclusiva no feminismo, um gesto solidário que leve em consideração as experiências e perspectivas das mulheres racializadas. Uma vez que reconhece a imprescindibilidade de contestar as hierarquias de poder dentro dos movimentos de resistência e nos espaços acadêmicos, hooks abre os nossos horizontes à necessidade de uma abordagem interseccional e solidária que considere a forma única de ser e os modos específicos de opressão vivenciados tanto pelas intelectuais quanto pelas trabalhadoras negras do mundo inteiro.

Na obra de bell hooks destacam-se reflexões urgentes sobre o problema da exclusão dentro das práticas do feminismo, especialmente no que concerne ao tratamento oferecido às mulheres negras, bem como às diversas interações entre raça, gênero e poder. Ao identificar os desafios enfrentados pelas ativistas, acadêmicas e escritoras racializadas no interior do movimento feminista, a pensadora nos incita a refletir sobre racismo, sexismo e as tentativas de desconstruir as normas dominantes: “o pensamento feminista negro foi criado como uma oposição às opressões interseccionais de raça, classe e gênero que

intensificam o subjugamento teórico e ideológico das mulheres negras” (Pereira, 2023, p. 2-3). O aceno de hooks para o isolamento das suas colegas ressalta uma realidade dolorosa e muitas vezes ignorada: o silenciamento sistemático e as hostilidades enfrentadas por ativistas não-brancas em movimentos que pretensamente visam a igualdade e a justiça para todas as mulheres. Na sequência ela descreve as violências perpetradas pelas estudantes brancas, que se sentiam ameaçadas com a introdução de discussões sobre racialidade nos estudos feministas, uma história que continua a se repetir:

Apesar do racismo que confrontávamos nos círculos feministas, as negras que abraçaram o pensamento e a prática do feminismo permaneceram comprometidas e engajadas porque experimentavam novas formas de aperfeiçoamento pessoal. Compreendíamos naquela época e compreendemos agora o quanto a crítica do sexismo e o esforço organizado para afirmar a política feminista nas comunidades negras podiam ter efeito libertador não só para as mulheres *como também* para os homens (hooks, 2013, p. 165-166; grifos no original).

Ao destacar as tensões precedentes, hooks reitera a indispensabilidade de uma compreensão interseccional para o feminismo, ou seja, uma abordagem que possa considerar a complexidade das interações entre racialidade e identidade social. A filósofa problematiza não apenas a supremacia branca dentro dos movimentos feministas, mas também a relutância de alguns ativistas negros em confrontar e desafiar as estruturas de poder que perpetuam a opressão de gênero atrelada à questão racial: “Se por um lado as lutas feministas silenciavam as questões raciais, as instituições do movimento negro não assumiam de forma enfática as demandas de gênero em suas pautas e reivindicações” (Almeida, 2023, p. 9). No entanto, apesar das opressões, do racismo e do sexismo enfrentados nos espaços de resistência bem como no cerne da universidade, hooks observa a permanência do comprometimento das colegas negras que abraçaram o pensamento e a prática feminista. Tal engajamento sugere uma resiliência notável e um reconhecimento do potencial libertador da luta pela igualdade de direitos não apenas para as mulheres, mas também para os homens negros. Essa atitude política evidencia a importância da consciência de classe, gênero e raça como uma chave de empoderamento e libertação para toda a comunidade negra. Ao desafiar as normatizações opressivas, o ativismo das correligionárias racializadas pode criar novas formas de aperfeiçoamento individual e coletivo, além de apresentar uma visão alternativa de relações sociais baseadas na igualdade, justiça, solidariedade e respeito mútuo.

bell hooks desenvolve uma reflexão sobre o papel fundamental das acadêmicas negras no avanço das ideias feministas e na construção de uma consciência crítica frente aos processos de marginalização sofridos nos espaços acadêmicos. Na proporção em que reconhece o estigma persistente enfrentado por essas estudiosas, seja na universidade quer no próprio movimento feminista, assim como em toda a sociedade, a filósofa nos convoca a refletir sobre a importância vital de constituir uma compreensão totalizante e imparcial da experiência negra: “hooks, como outras feministas negras, entende que

o trabalho acadêmico é um caminho a ser trilhado e mantido, possibilitando que a sua e outras vozes sejam ouvidas e que uma realidade compartilhada por elas seja debatida” (Veiga, 2020, p. 14). A perspectiva de hooks evidencia a realidade da desvalorização sistemática das pensadoras racializadas na academia e até mesmo nos contextos assim ditos democráticos. Ela aponta para a exclusão persistente de suas vozes e perspectivas das narrativas dominantes, fato que reflete não apenas o racismo estrutural dentro das instituições, mas também a indisposição das ativistas brancas em confrontar e desafiar as hierarquias de poder que perpetuam a violência racial:

Visto que a produção feminista por parte de acadêmicas negras sempre foi marginalizada na academia, marginalizada tanto em relação à hegemonia acadêmica existente quanto à corrente principal do feminismo, aquelas entre nós que creem que esse trabalho é crucial para qualquer discussão imparcial da experiência negra têm de intensificar seu esforço de educação em prol da consciência crítica (hooks, 2013, p. 172).

Ao enfatizar a importância do trabalho das pesquisadoras racializadas para um debate mundial da negritude, hooks destaca a função crucial que elas desempenham na construção de uma consciência crítica sobre as interseções entre raça, gênero e poder. Ela considera fundamental intensificar os esforços de educação para promover um entendimento mais amplo das experiências raciais, ao confrontar as narrativas dominantes e valorizar as contribuições das pensadoras não-brancas para o ideário feminista-decolonial: “hooks fala sobre a importância da intelectualidade para a mulher negra, ou seja, saber unir o pensamento à prática, já que, em uma sociedade racista e sexista como a brasileira, mulheres negras foram construídas ligadas ao corpo e não ao pensar” (Santos da Silva, 2020, p. 101). A perspectiva crítica de hooks desperta a consciência para a relevância de promover uma abordagem interseccional do feminismo e dos estudos decoloniais, ou seja, a importância de um pensamento que leve em consideração as mais distintas manifestações da identidade e da opressão, tanto no debate filosófico quanto na hora da ação direta. Por conseguinte, quando apreciamos e reconhecemos o trabalho das escritoras e trabalhadoras negras, não apenas estamos a fazer uma escolha por justiça social em direção da igualdade de direitos, mas podemos abrir espaço para uma análise enriquecedora das interconexões de racialidade e identidades dentro do mundo contemporâneo.

CONCLUSÃO: O ATIVISMO TRANSGRESSIVO DE BELL HOOKS

Quando consideramos a importância da atividade crítica na desenvoltura do pensamento político, nós aceitamos o convite das feministas negras rumo ao reconhecimento não apenas das interseções entre raça, gênero e outras formas de identidade, mas

também das correlações entre diferentes sistemas de opressão e privilégio dentro e fora dos movimentos emancipatórios. Assim fizemos para poder elucidar que: “A combinação de opressões coloca a mulher negra num lugar no qual somente a interseccionalidade permite uma verdadeira prática que não negue identidades em detrimentos de outras” (Ribeiro, 2016, p. 102). Na medida em que ampliamos o nosso entendimento acerca da negritude feminista através das lentes de hooks, bem como junto com ela e companhia realizamos reflexões sobre interseccionalidade, marginalização e transformação social, obtivemos por resultado a abertura de um horizonte multilateral que nos incita a repensar as mais diversas relações de poder, violência e resistência na sociedade contemporânea. Desse modo nós compreendemos que:

Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira (Carneiro, 2002, p. 2-3).

Ao reconhecer a singularidade da realidade das mulheres negras dentro do feminismo, as feministas racializadas impulsionam o movimento a valorizar as suas vozes marginalizadas. No mesmo sentido, bell hooks e as suas correligionárias evidenciam a importância da representação genuína, que considera o detalhamento existencial de cada ativista, para uma compreensão mais abrangente da intersecção entre as lutas feministas e antirracistas. Constatamos que às vezes, mesmo presas por amarras diferentes, a liberdade da mulher negra pode expandir a das outras mulheres; e que por outro lado, a cada pessoa racializada que se liberta, as demais estão mais perto de serem livres. Nos termos clássicos da negritude feminista: “Não sou livre enquanto qualquer outra mulher for prisioneira, ainda que as amarras delas sejam diferentes das minhas. E não sou livre enquanto uma pessoa de cor permanecer acorrentada” (Lorde, 2019, p. 169). Nesse ângulo de visão decolonial, as ideias desenvolvidas por Audre Lorde, bell hooks, Angela Davis, Kimberlé Crenshaw, Sueli Carneiro, dentre as distintas almas rebeldes aqui conjuradas, acenam para a necessidade de assumir um posicionamento interseccional e transgressivo, uma ação de resistência que possa levar em conta as inúmeras expressões da identidade e da opressão nos continentes do planeta. Por essa razão, nas linhas precedentes analisamos e descrevemos como o pensamento de hooks proporciona ideias transgressivas para a compreensão das interações entre filosofia, feminismo e decolonialidade. Dessa maneira, além de motivarem a trabalhar na construção de um mundo mais justo, igualitário e solidário para todas as pessoas oprimidas pelo racismo, sexismo e demais formas de

violência identitária, as reflexões e práticas do feminismo negro podem ser compreendidas como fontes de inspiração para as figuras que desejam, mais do que tudo, tanto a vida livre quanto a liberdade viva.

REFERÊNCIAS

ASHOKA, Empreendedores Sociais; TAKANO, Cidadania (Orgs.). **Racismos Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

BALLESTRIN, Luciana. Feminismos Subalternos. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, Set/Dez. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/gW3NgWK4bpj9VHJCNTxx96n/?lang=pt>> Acesso em: 05 jun. 2024.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: a Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma Perspectiva de Gênero. In: ASHOKA, Empreendedores Sociais; TAKANO, Cidadania (Orgs.). **Racismos Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2002. p. 1-6.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a Outsider Within: a Significação Sociológica do Pensamento Feminista Negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 06 jun. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos a Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, pp. 171-188, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 06 jun. 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRANCO, Luciele Mariel. Todo Mundo pode escolher o Feminismo: o Convite de bell hooks. **Revista Interthesis**, v. 17, n. 1, pp. 01-07, Jan/Dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2020.e71459>> Acesso em: 06 jun. 2024.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando a Transgredir: a Educação como Prática da Liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

JOHANSON, Izilda. Erguer a Voz com bell hooks. **Revista Kalagatos**, v. 19, n. 1, pp. 1-10, 2022. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/kalagatos/article/view/8297>> Acesso em: 06 jun. 2024.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

PEREIRA, Rosana da Silva. Por uma Intelectualidade Afrodiáspórica: a Produção do Conhecimento de Mulheres Negras e as Epistemologias Emancipatórias. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 9, n. 2, p. 1-12, Jul/Dez. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/2368>> Acesso em: 06 jun. 2024.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo Negro para um Marco Civilizatório. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 3, n. 24, pp. 99-104, 2016.

SANTOS DA SILVA, Flávia Helena. A Educação a partir do Feminismo Negro. **Revista LexCult**, v. 4, n. 3, pp. 93-107, 2020. Disponível em: <<http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/article/view/332>> Acesso em 06 jun. 2024.

VEIGA, Ana Maria. Uma Virada Epistêmica Feminista (Negra): Conceitos e Debates. **Revista Tempo e Argumento**, v. 12, n. 29, p. 1-32, Jan/Abr. 2020. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0101>> Acesso em: 06 jun. 2024.

VELASCO, Mercedes Jabardo. Construindo Pontes: Diálogos a partir do/com o Feminismo Negro. Trad. Lilian Ramos da Silva e Adriana Kerchner. **Revista Ártemis**, v. 27, n. 1, pp. 89-114, Jan/Jun. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/46700>> Acesso em: 06 jun. 2024.

(Recebido para publicação em 26 de março de 2024)

(Reapresentado em 7 de junho de 2024)

(Aprovado para publicação em 12 de junho de 2024)